



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **AValiação EDUCACIONAL NO CONTEXTO INCLUSIVO**

**Autora: Renata de Kássia Gomes da Silva<sup>1</sup>; Co-autora: Givanilda Gomes da Silva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio de Forte Velho/PB, renatagomes89@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Prefeitura Municipal de Cabedelo/Diretoria de Educação Inclusiva, givanildagomes@yahoo.com.br*

### **RESUMO**

O processo inclusivo já avançou bastante se olharmos para o passado, mas ainda não o esperado para cessar com os obstáculos impostos, mecanismos foram criados e muitos projetos executados, mas nada foi capaz de sanar o preconceito. Falar de educação inclusiva já é algo difícil e quando relacionamos a avaliação da aprendizagem tudo fica mais complicado, surgem várias dúvidas em relação ao modo correto de avaliar-se um aluno especial, respeitando toda a sua bagagem e limites. Entre tantos avanços e retrocessos, o que nos resta é o sentimento de dever inacabado, pois, é preciso fazer mais, não somente pela educação de um modo geral, mas principalmente por aqueles que estão sempre a margem desse processo. A escola tem o dever de acolher os alunos com NEES, e zelar pelo processo de aprendizagem dos mesmos, não basta matricular é preciso mantê-los na sala regular assegurando-o todos os mecanismos necessários para o desenvolvimento de suas habilidades. É necessária uma mudança na maneira de se ensinar e principalmente de se avaliar. As instituições de ensino têm plena consciência que as salas de aula são heterogêneas, e diante dessa diversidade surge à necessidade de se ensinar de diversas maneiras. E se o ensino é diversificado a avaliação também tem que ser, não é aceitável que se avalie uma criança especial da mesma forma que se avalia uma que não tem nenhuma dificuldade. Sabemos que a avaliação ganhou o conceito de classificação, não só pela sociedade, mas principalmente pelas escolas. E esse conceito vem destruindo a vida de milhares de crianças e adolescentes que são surpreendidos com uma nota abaixo do padrão estabelecido. As escolas devem repensar o modo de avaliação exercido, ela não foi feita para amedrontar, medir ou classificar, ela é um ato de amor, de construção do conhecimento adquirido. Sempre ressaltando as suas qualidades em relação aos objetivos ainda não alcançados, sempre ressaltando que a educação não veio para aprisionar e sim para libertar.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Avaliação Educacional. aprendizagem escolar.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia (UVA), Especialista em Psicopedagogia Institucional (CINTEP/PB).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UVA); Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (CINTEP/PB) e Educação Social Inclusiva (VERBO EDUCACIONAL).



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## INTRODUÇÃO

É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. (MANTOAN, 2003, p. 34)

O processo avaliativo tem sido muito discutido atualmente, as escolas estão imersas em um grande processo competitivo em busca dos melhores alunos. Essa competição desenfreada tem acarretado inúmeros danos psicológicos aos estudantes, estamos em um século onde ser bom não é o bastante, faz-se necessário ser o melhor. As entidades educativas recompensam os “melhores” e punem os “piores”. Até que ponto a avaliação define se um aluno é “mais inteligente” que os demais? E como inserir os alunos com necessidades especiais neste contexto excludente? Repensar a maneira como a avaliação educativa está sendo posta na sociedade é levarmos em conta que cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, conduta típica, ou mesmo alta habilidade. No Brasil, a educação inclusiva tem como suporte a Constituição Federal de 1988; A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990; A Lei 8069 de 13 de Julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; LDB nº 9.394/96; PCNs e a Declaração de Salamanca que se tornou o marco fundamental para a inclusão no país.

Diante do exposto percebemos a importância e a necessidade de uma análise efetiva sobre a avaliação educacional no contexto inclusivo. Este trabalho tem como pressuposto analisar biografias referentes ao tema supracitado. Fazendo uma ponte com a escola, por isso, escolhemos uma metodologia com enfoque bibliográfico, dando ênfase nos trabalhos de Mantoan, sem excluir outros autores. Analisando as bibliografias, percebemos que há uma necessidade gritante que a escola esteja preparada para trabalhar com as diferenças existentes, a mesma tem que se adequar a realidade e necessidades dos alunos com deficiências, mas, de que forma isso será possível com uma reformulação do modelo padrão de ensino. O processo avaliativo deve levar em conta as potencialidades de cada um e não apenas os resultados quantitativos das disciplinas, cada aluno carrega dentro de si, sua individualidade, experiências culturais, sociais e religiosas que não podem



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ser medidas através de avaliações bimestrais. É necessário esperar que o aluno aprenda o máximo dos conteúdos curriculares ministrados, mas respeitando-se as limitações naturais de todos, com ou sem NEEs.

A ideia de uma sociedade inclusiva reconhece e valoriza a diversidade existente em cada ser, exaltando as qualidades e os obstáculos superados, demonstrando que toda limitação pode ser vencida, algumas mais rápidas que outras. A educação inclusiva tem o objetivo de incluir os portadores de necessidades educacionais especiais (NEE) ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino em todas as suas esferas, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno especial no ensino regular. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.5), “Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”. Sempre haverá troca de experiências e conseqüentemente de conhecimento independentemente de suas limitações.

A maioria dos centros educacionais erguem a bandeira da inclusão, como se fosse suficiente essa auto intitulação, faz-se necessário agir mais, as escolas aceitam ou são obrigadas a aceitarem os alunos com deficiência, mas não fazem nada para que os mesmos permaneçam, ele está inserido na rede regular de ensino, mas continua a margem da sociedade escolar. Infelizmente a escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade. Segundo Freire (1999, p.35), “os alunos não se evadem da escola, a escola é que os expulsa”. Essa colocação de Freire só reforça o pensamento que a escola tem falhado no seu trabalho, essa falha tem acarretado vários outros problemas, muitos autores atribuem o fracasso escolar à escola, outros à própria criança ou ao contexto familiar, mas o importante não é nem apontar culpados e sim procurar introduzir soluções. Segundo Piaget, o papel da escola é integrar e enriquecer o desenvolvimento normal da criança e, nessa medida, o currículo deve acompanhar o ritmo normal do seu desenvolvimento. Integrar vai muito além de colocar todos os alunos juntos em uma sala de aula, integrar é falar de relacionamentos interpessoais, que estão contidos no processo de aprendizagem, que são caracterizados pelo respeito às diferenças e limitações de cada indivíduo.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, pg. 67)

De acordo com a autora supracitada, não existe um livro de receitas para ser seguido, todos os alunos de um modo geral têm suas peculiaridades/singularidades, cabe não somente ao professor, mas à direção, pais, alunos e toda a comunidade de modo geral investigar e proporcionar a maneira mais adequada de abordar o processo de aprendizagem, sempre levando em conta os limites de cada um. O papel do professor torna-se cada vez mais importante, o de empenhar-se em fazer o outro crescer, desenvolver-se, evoluir. A escola inclusiva não menospreza os conteúdos acadêmicos, e nem o conhecimento científico, mas não se restringe somente a isso, o aluno não pode ser visto como uma nota ou um padrão mínimo a ser alcançado, ele é muito mais que o resultado de uma “prova”. Ainda segundo (Mantoan, 2007, p. 5) “... é urgente substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e qualitativo, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos”.

É inaceitável a postura tomada pelas escolas diante das dificuldades e limitações dos alunos, de acordo com as diretrizes, avaliar a aprendizagem de alunos com NEEs constitui uma ação mais abrangente, com a extensão dessa responsabilidade a todos os atores da prática pedagógica, não apenas aos professores. São necessárias várias modificações para tornar a avaliação promotora da aprendizagem e inclusiva, em vez de ameaçadora e excludente. A escola não pode continuar ignorando o que está acontecendo ao seu redor, nem marginalizando as diferenças existentes. É necessária uma total reformulação do processo pedagógico e relacional das escolas, que precisam adaptar-se à condição singular de cada aluno independentemente da sua deficiência seja ela (auditiva, visual, física ou mental) todos com ou sem deficiências têm o direito de serem autores do seu próprio processo de aprendizagem e coautores de outros.

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p.172).

Como Luckesi citou acima a avaliação da aprendizagem deve ser um ato de amor, que tem como objetivo incluir. A avaliação de um aluno com NEEs deve ser ainda mais minuciosa, de maneira que atenda às suas peculiaridades. Para o autor citado esse ato de amor é demonstrado quando a escola de modo geral acolhe a situação como ela é, sem julgamentos ou exclusões, avaliar um aluno com dificuldades é criar mecanismos que o sustentem para incluí-lo no processo de aprendizagem. Segundo Perrenoud (2005, p, 8) a sociedade é individualista, e todos vivem fechando os olhos às injustiças do mundo, limitando-se a tirar o corpo fora, é inútil exigir da escola que professe valores de solidariedade que a sociedade ignora ou escarnece no dia-a-dia em suas mídias, em sua vida política, naquilo que se passa nos estádios, nas empresas, nos bairros.

Mas, se todos lutarmos juntos por um mesmo ideal, com certeza iremos obter êxito. E o ideal é que todos tenham acesso e permanência na escola regular. Que a escola não poupe esforços para que o aluno principalmente com deficiência permaneça no ambiente escolar, e esse poupar esforços não se restringe a aceitá-lo na escola, pois isso não é mais que a obrigação da instituição, e sim, procurar de todas as formas envolvê-lo no ambiente de tal forma que, as suas diferenças se tornem imperceptíveis diante de si mesmo. Temos plena convicção que as diferenças sempre vão existir, pois, fazem parte do ser humano, mas que essas diferenças não se sobressaiam diante das igualdades e valores.

Essa é uma batalha que começa mesmo antes da criança nascer ainda no ventre de sua mãe e se estende por toda a sua vida, mas é na fase escolar que as suas características são mais evidentes. Existem preceitos que aprendemos desde criança que se fossem exercitados fariam muita diferença como: trate o outro como você deseja ser tratado, vai muito mais além de formações pedagógicas, palestras ou titulações, isso é questão de humanidade de respeito ao próximo que nem precisaria ser imposta pela constituição brasileira para que a sociedade colocasse em prática. Então antes mesmo



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de haver uma modificação ou reciclagem no sistema educacional, faz-se necessário uma reciclagem dentro de cada um de nós.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001. 79 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2015.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão** – Brasília Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>> Acesso em: 7 mai. 2015.

LIRA, Bruno Carneiro. **O professor sociointeracionista e @ inclusão**. São Paulo: Paulinas, 2007.- (Coleção pedagogia e educação).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008. 19. Ed.

\_\_\_\_\_, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<http://lrc.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Artigo%20sakamoto.pdf>> Acesso em: 07 mai. 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, et al. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo. MEC/SEESP, 2007. 60 p.

\_\_\_\_\_, Maria Tereza Eglér. **Igualdade e diferenças nas escolas: olhares de futuras pedagogas/ Campinas, SP: FE/ UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Livreto-Mariaterezamantoan/69732229.html> Acesso em: 22 mai. 2015.**

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em: <<http://pt.notices-pdf.com/livro-de-perrenoud-ensinar-pdf.html#a>> Acesso em: 22 mai. 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2015.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO